

POLÍTICA E ECONOMIA – UM OLHAR ATRAVÉS DO PENSAMENTO PROTESTANTE

POLICY AND ECONOMY - A LOOK THROUGH PROTESTANT THOUGHT

Victório Galli¹

Resumo: O contexto da história é compreendido por muitos escritos que relatam o envolvimento de Lutero sendo tímido quanto a reforma e quanto ao desenrolar dos acontecimentos que vieram logo após a suas posições que foram divulgadas no meio da sociedade. Houve momentos de grande tensão entre o reformador e posições que havia de tomar. Nesse sentido, compreendemos que Lutero vai ao encontro das necessidades postas diante da sociedade da época e responde a essas necessidades da seguinte maneira: As interpretações de tais palavras de Lutero tomaram outro significado ao longo do tempo, muitos no meio das comunidades cristãs passaram a interpretar essas palavras com um ato de fraqueza. A provocação da reflexão de Lutero remete para outra direção, e não, a direção de fraqueza ou fragilidade. Mas sim, uma interpretação mais profunda, iniciando a partir da esperança do evangelho

Palavras chaves: Educação, interpretar, política, Reforma, Vida Cristã.

Abstract: The context of the story is understood by many writings that relate the involvement of Luther being timid as to the reform and as to the unfolding of the events that came soon after their positions that were divulged in the middle of the society. There were times of great tension between the reformer and positions he was to take. In this sense, we understand that Luther meets the needs placed before the society of the time and responds to these needs in the following way: The interpretations of such words of Luther took another meaning through the time, many in the middle of the Christian communities began to interpret These words with an act of weakness. The provocation of Luther's reflection points in another direction, not the direction of weakness or frailty. But a deeper interpretation, starting from the hope of the gospel.

Keywords: Education, Interpret, Politics, Reform, Christian Life.

¹ Victório Galli Filho é Pastor da Assembleia de Deus ligado à COMADEMAT (Convenção de Ministros das Assembleias de Deus e Cuiabá MT) e ligado à CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil) Bacharel e Mestre em Teologia EST (Escola Superior de Teologia São Leopoldo-RS) Doutorando em Teologia EST, Ex-Deputado Federal por MT.

Introdução

O interesse sobre o tema relacionado a igreja e a política vem crescendo nos dias atuais, a um bom tempo está sendo percebido no contexto da sociedade uma liquidez diante dos valores simbólicos e suas representações.

Há isso é percebido no tempo uma crescente falta de credibilidade em fase a educação, ao direito e ao conforto familiar. O mundo está mudando em sua forma e com intensa rapidez, toda mudança em si traz desafios e novas formas de adaptação.

O que estará gerando no âmago das mudanças é o que necessita ser pensado pela igreja, muito desses temas a igreja precisará pensar a política. Esse é o desafio que é proposto através desse artigo.

Walter Altmann menciona que: Nunca deveria a igreja distanciar-se e exercer neutralidade nas questões sociais e políticas, menos ainda quando se descortinam reais possibilidades de construir relações mais justas e dignas. Em nossa história latino-americana, a (as) igreja (igrejas) têm sido predominantemente um instrumento de dominação. Não poderiam tornar-se em nossa hora histórica predominantemente instrumento de libertação?²

Essa é a grande questão que é percebida em tempos atuais, a oportunidade de a igreja exercer um papel através de atos políticos que possam trazer a prioridade e o enfoque em relação a pessoas, povos oprimidos e, diante de temas particularmente desafiadores para nossa época e muitas outras, tais como, dependência, dominação e pressão, aguçada pelas lutas por sobrevivência, desenham tentativas de dar vida, dignidade no meio da pobreza e da desigualdade social.

Esses e tantos outros temas necessitam ser pensados com uma visão holística a despeito das possibilidades que nos cercam e nos desafiam para o bem comum.

² ALTMANN, Walter. Lutero e Libertação: Releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. São Leopoldo RS, Editora Sinodal/ EST, 2016, p. 191.

Walter Altmann vai trazer ainda o posicionamento de Lutero frente as questões que concerniam a igreja a se posicionar e ir à frente em nome de Deus para alcança o que é direito a todos que pertencem a sociedade. Da mesma sorte a observação de João Calvino é importante para o enriquecimento do pensamento protestante cristão sobre os meios e fim que a sociedade deve se relacionar com o bem público e o agente do estado.

IGREJA E POLÍTICA SOB O REINADO DE DEUS

Walter Altmann falando sobre Martinho Lutero e sua visão a respeito do tema, menciona que:

Lutero não pretendeu jamais fazer de Igreja e Estado entidades autônomas. Cabia a autoridade política efetuar reformas políticas, econômicas e sociais, que inevitavelmente também afetariam a igreja enquanto instituição social, mas competia à igreja confrontar as autoridades políticas com a vontade de Deus, uma tarefa incontornável. Pois os assim chamados “dois reinos” distinguem-se em atribuição e meios, mas se cobrem em espaço. Eles estão vinculados em sua base e em sua finalidade: Deus é o Senhor de ambos; o ser humano, a finalidade de ambos.³

Para Martinho Lutero qualquer outra forma de posicionar a Igreja e o Estado diminuiria uma frente a outra e desse modo se tornava inconcebível diante de todos. Dessa forma compreendia que o Estado e a Igreja ficam instrumentalizados pelo que é maior a eles, tendo entre eles o vínculo e a reciprocidade entre eles.

Em outro ponto o autor vai trazer a concepção de que o Estado estará norteando através os limites e as regulamentações, enquanto a Igreja proclama a vontade de Deus ao Estado através de críticas em relação a arbitrariedade, convocando para transformações políticas, econômicas e sociais que são necessárias ao bem da cidadania.

Walter Altmann irá cita que: Lutero sentiu-se sempre compelido a dirigir-se as autoridades políticas, fossem príncipes, nobres ou conselheiros municipais, com múltiplos conselhos e reivindicações políticas, econômicas e

³ ALTMANN, Walter. 2016, p. 193.

sociais, muitas vezes sábias, algumas vezes trágicas e lamentáveis. Nunca, porém, buscou neutralidade ou omissão.⁴

Walter Altmann deixa claro ao mencionar que:

Lutero nunca pensou em “secularização” do âmbito político no sentido moderno liberal de separação entre Igreja e Estado, o que só se propicia com o advento do Iluminismo. De certa maneira, talvez tenha aberto caminho para tanto; a pesquisa mostra que houve luteranos nos Estados Unidos que encontraram na “doutrina dos reinos” legitimação para a separação entre a Igreja e o Estado, adotada naquele país. Já luteranos noruegueses encontraram nela apoio para sua ação de resistência a invasão e ocupação nazista.⁵

O autor cita como demonstração dois casos em que interpretaram os pensamentos de Lutero por duas vias diferentes, em ambos os casos tomaram proporções enormes que trouxeram consequências positivas como desfecho. Sobre essa perspectiva o autor posteriormente irá trazer algumas consequências que marcam a história desse período até os dias atuais. Portanto ele menciona que a igreja perverteria se nesses campos específicos e técnicos fosse levantar questões de sua própria ordem espiritual, como seja o evangelho, a vontade de Deus, o Espírito de Cristo.

Assim o autor deixa claro que: A igreja que fale de Deus, Jesus Cristo e evangelho no âmbito privado desperte e fortaleça a moralidade pessoal das pessoas, promova o convívio familiar, mas não aborde questões do político, do social, de econômico, que cabe a racionalidade técnica tratar⁶. Essas esferas, portanto, seriam autônomas e não seria lícito à igreja investi-las. Como esses pontos de observação o autor destaca que:

Observe-se, por conseguinte, que há grande otimismo, quase ilimitado, com o político, pelo alcance da razão e do conhecimento técnico. O Estado tem sua própria competência e sua lógica

O luteranismo experimentou agudamente a tragédia de tal visão quando na Alemanha se procurou legitimar com esses mesmos argumentos a ideologia nazista e o sistema nacional-socialista do Terceiro Reich (1933-1945). Entretanto, essa visão pode ser registrada também em larga escala nos Estados Unidos, país em que se estabeleceu conseqüentemente o princípio da separação entre Igreja e Estado, permitindo que o

⁴ ALTMANN, Walter. 2016, p. 194.

⁵ ALTMANN, Walter. 2016, p. 194.

⁶ ALTMANN, Walter. 2016, p. 197.

capitalismo se desenvolvesse com sua racionalidade própria, legitimado pelo aval ideológico de tal concepção teológica.⁷

O autor pontua que as duas nações tomaram as mesmas direções políticas e filosóficas de separar o Estado e a Igreja, como consequência ambas servem de legitimação de status quo. Em suas palavras ele pontua que “pouco importa se uma diviniza e a outra demoniza o político; ambas deixam-no intocado na forma contingente em que se apresenta ou na racionalidade por que se guia”.

Nas palavras do autor Igreja e Estado sem a devida participação causa mais riscos para a possibilidade de em grupo ou individual demonizar setores ou linhas teóricas de assistência social e comunitária, visando os lucros e interesses que prejudicaria e naturalmente haveria perseguições a longo prazo.

Lutero em um escrito de 1523 dedicado ao príncipe João, duque da Saxônia, ele expõe a dignidade e o peso do ofício político. Lutero defende que os detentores de mandato político não têm autoridade sobre as consciências das pessoas, não podendo fazer uso de seu poder coercitivo para impor uma fé. Ele declara que raramente se há de encontrar um bom político que pretenda seguir preceitos de justiça e equidade; tratar-se-ia de uma “ave rara”.

O autor Gerhard Ebeling diante das posições de Martinho Lutero menciona algo que se torna imprescindível ressaltar;

Acusar Lutero duma retirada para a interioridade e para um individualismo religioso, não só é um absurdo, uma vez que sua trajetória teve consequências que transformaram o mundo; conflita também com a responsabilidade por vastas áreas e acontecimentos da vida pública que ele assumiu expressamente através da palavra: pela Igreja e pela autoridade civil, matrimônio e problemas econômicos, escolas e universidade, as questões da revolta dos camponeses e da guerra contra os turcos, enfim, pelo mundo em sua atualidade histórica.⁸

⁷ ALTMANN, Walter. 2016, p. 197.

⁸ EBELING, Gerhard. O Pensamento de Lutero: Uma introdução. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1988, p. 138.

AUTORIDADE SECULAR: POLÍTICA E RELIGIÃO

Danillo Scarpelli Dourado escreve em seu artigo que; Por volta do ano 1200, alguns ambientes de catequese cristã se transformaram em universidades. A universidade de Bolonha na Itália foi a primeira a surgir. A Universidade de Paris foi a segunda, depois veio Oxford. Naquela época, a Universidade de Paris chegou a ser o centro filosófico e teológico do mundo.⁹

Segundo Saviani, a educação pública religiosa predomina nos séculos XVI e XVII, sendo sucedida pela educação estatal, no século XVIII. A década de 1930, foi um período de intensas disputas ideológicas e conflitos políticos, de um lado os católicos e de outro os pioneiros e, por certo tempo, pareceu que o governo federal colocaria a Universidade do Brasil, a nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sob a tutela da Igreja Católica. Por vários motivos o acordo não vingou, na década de 1940, a Igreja Católica decidiu criar a sua primeira universidade privada. Em 1930 foi feita a primeira Universidade da década, a Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934.¹⁰

Fairbairn nos indica quão importante foi o papel que Calvino desempenhou na história política:

A história deve dar a Calvino o título de grande legislador. Como teólogo foi um seguidor, como legislador foi um pioneiro. Seu sistema de doutrina foi derivado em tanto que sua economia política rompeu um novo mundo e estabeleceu o edifício social sobre novos princípios. Este modelo tem influenciado profundamente – direta e indiretamente todas as instituições democráticas subsequentes.¹¹

Para Calvino fé e ciência não eram temas antagônicos, Calvino admite que haja um “duplo regime” no homem: o espiritual, ligado a consciência subjetiva e ao culto a Deus, e o regime político, ligado aos deveres de civilidade.

⁹ DOURADO, Danillo Scarpelli. Educação e política na cosmovisão calvinista. Publicado pela Universidade Mackenzie, p.1.

¹⁰ SAVIANI, D. O legado educacional do século XX no Brasil. 1. Ed. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 57.

¹¹ FAIRBAIRN, A. M. *Cambridge modern history*. New York: Macmillan, 1918.

Para Calvino, assim como para Lutero e os demais reformadores, a educação não era um fim em si mesmo, mas uma ferramenta imprescindível e útil à sua teologia. A educação era, a base para o conhecimento da verdade que liberta. Em 1559, seu grande sonho se realiza quando é fundada a Academia, que passou a servir à formação de novos pregadores. A ideia dos fundadores da Academia de Genebra era doutrinar, tanto quanto instruir.

Na Reforma Protestante, a educação constitui a pedra angular da construção tanto da teologia quanto da eclesiologia. Estudar a educação na obra de Calvino não é apenas enumerar suas ações nessa área, mas também discutir sua teologia. A educação como meio de salvação, ou seja, instrumentalizada pela fé, acabou se tornando uma das mais importantes matrizes da pedagogia moderna.

O protestantismo calvinista, desde o seu início, foi uma das forças geradoras da democracia moderna, com seu espírito revolucionário, defensor da liberdade e desafiador das estruturas religiosas, sociais e políticas que escravizam o homem. As inúmeras universidades reformadas que nasceram após a Reforma protestante nos países que abraçou, como Suíça, Inglaterra, Holanda, Escócia, Hungria e posteriormente os Estados Unidos, se tornaram centros difusores dos princípios da Reforma, quer pela produção e ministério de seus docentes, quer pela formação de centenas de cidadãos imbuídos deste mesmo espírito. Podemos mencionar, entre elas, as universidades de Genebra, Harvard, Yale, Princeton e a Universidade Livre de Amsterdã.

AS IDÉIAS DE CALVINO À LUZ DE AUTORES CONTEMPORANEOS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA.

A maior contribuição de Calvino à teoria política não deve ser baseada em qualquer proposta política específica, mas em sua teologia. A insistência na soberania de Deus, diante de quem todos os seres humanos são iguais, e na pecaminosidade de todos, traduzida em atos específicos, constituíram poderosos incentivos para uma ordem política que pudesse prevenir contra a possibilidade de corrupção. Em acréscimo, as doutrinas da criação e da predestinação, que consolidavam a existência humana na vontade de Deus e dignificavam às vidas concretas e históricas das pessoas comuns pelos propósitos de Deus, também moldaram a ordem política.¹²

Leith destaca: (1) que o desenvolvimento de Calvino com a política advém de sua preocupação com a liberdade da Igreja, ou seja, diante das questões que surgiram, ele avaliou os limites e a relação entre Igreja e Estado; (2) que a resistência é justa em determinadas ocasiões, como quando o governo proíbe que Deus seja servido e honrado: “Quando a obediência a Deus está em risco. Calvino é bastante enfático quanto ao dever do cristão de resistir”. (3) que Calvino não era defensor de uma democracia participativa, mas “como foi mostrado, nos assuntos da igreja, ele defendia um governo que combinasse a aristocracia (o melhor) e a democracia”. (4) que as principais ênfases doutrinárias de Calvino, tais como soberania de Deus, a pecaminosidade humana universal e a salvação pela graça, favoreceram os padrões democráticos e a vida pública, citando Niebuhr: “A capacidade do ser humano para a justiça torna a democracia possível, mas a sua inclinação para a injustiça torna a democracia necessária.”¹³

Outro destaque na relação da fé reformada com a política é a revitalização e a consolidação da democracia. Foi a partir de Calvino que se firmaram os ideais democráticos, alicerçados na soberania de Deus. Pode-se dizer que o grande modelo de democracia para a tradição reformada foi Genebra republicana, onde o povo cristão desempenhou papel central na organização da vida política da cidade. Eles o faziam escolhendo seus governantes, ocupando funções estratégicas no setor administrativo, acompanhando a criação de leis que contemplassem a igualdade e a liberdade, pleiteando acesso à educação e fiscalizando a máquina pública. Observa-se ali que não havia dicotomia entre a prática de vida cristã e o dever civil. A Igreja produzia uma consciência coletiva, com base nas Escrituras, que dinamizava a atividade política.

A partir de Genebra, como paradigma, a democracia espalhou-se e consolidou-se no Ocidente reformado como o principal modelo de organização sócio-política, capaz de sobrepujar regimes totalitários como o absolutismo, o nazismo, o fascismo e o comunismo; filosofias essencialmente humanistas

¹² LEITII, John II. A tradição reformada: uma maneira de ser a comunidade cristã. Ed. rev. São Paulo: Pendão Real, 1996, p. 341.

¹³ LEITII. 1996, pp. 340; 341;343.

como as do iluminismo, racionalismo, cientificismo e existencialismo; e ainda Ideologias como o positivismo, o marxismo e o socialismo.

CONCLUSÃO

Despertar a consciência da Igreja quanto à sua relação com a política e à sua responsabilidade para com o governo civil, esse foi o objetivo de Lutero e Calvino. Além disso, o fato de Lutero e Calvino destacarem que sem o Deus soberano não há relações políticas justas que permitam avanços sociais duradouros e condições para o progresso individual e nacional, através da ética cristã para o desenvolvimento econômico, proporciona à sociedade a ação sadia e relevante de cidadãos que têm convicção de sua vocação para atuação na política, que para eles, não pode e não deve ser negligenciada.

O abandono ou desconhecimento dessa visão e do dever para com a política e o Estado tem gerado uma sociedade uma sociedade permissiva, alheia à sua própria ruína e, no caso das que se construíram sobre bases reformadas, incoerentes com o que dizem crer e defender.

Por fim, o pensamento de Calvino demonstra ser, no contexto do pluralismo religioso hodierno, plenamente atual e relevante, pois sua posição coerente com o ensino bíblico outorga ao cristão moderno inestimável recurso para sua atuação no mundo e práxis políticas.

*Orientador¹⁴

¹⁴

Prof. VALDECI DO CARMO

Pastor, Bacharel e Mestre em Teologia.

Licenciatura plena em Filosofia.

Possui pós-graduação em: Antropologia da Religião, Docência do Ensino Superior, Filosofia, Teologia do NT, Planejamento e Gestão de Cursos Online.

Obras publicadas: Os Remonstrantes. Coautor de Hermenêutica, princípios de interpretação. Sentimento de culpa nas religiões como resultado das transgressões humanas.

REFERENCIAIS

ALTMANN, Walter. Lutero e Libertação: Releitura de Lutero em perspectiva latino-americana. São Leopoldo RS, Editora Sinodal/ EST, 2016.

BECKER, Renato L. *Do púlpito ao palanque*. São Leopoldo: Sinodal, 1992.

DOURADO, Danillo Scarpelli. Educação e política na cosmovisão calvinista. Publicado pela Universidade Mackenzie, p.1.

EBELING, Gerhard. O Pensamento de Lutero: Uma introdução. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1988.

FAIRBAIRN, A. M. Cambridge modern history. New York: Macmillam, 1918.

LEITII, John II. A tradição reformada: uma maneira de ser a comunidade cristã. Ed. rev. São Paulo: Pendão Real, 1996.

SAVIANI, D. O legado educacional do século XX no Brasil. 1. Ed. Campinas: Autores Associados, 2004.